



# PROPOSIÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ORIENTADORES DE FLORIANÓPOLIS

## CURRICULAR PROPOSITIONS FOR THE EDUCATION OF ETHNIC- RACIAL RELATIONS: AN ANALYSIS OF DOCUMENTS FLORIANOPOLIS GUIDELINES

Eduarda Souza Gaudio **1**  
Thaís Regina de Carvalho **2**

**Resumo:** Este artigo pretende apresentar as proposições curriculares construídas pela Rede de Educação de Florianópolis/SC no que tange a Educação das Relações Étnico-Raciais. O município de Florianópolis, embora seja marcado pela negação das populações indígenas, negras e quilombolas na sua constituição, revela movimentos de resistência protagonizados por negras e negros que lutam pelo reconhecimento de seus saberes, experiências e culturas como patrimônio brasileiro. Com o propósito de valorizar a presença da população negra, assim como atuar de modo político e pedagógico na superação do racismo, a Secretaria Municipal de Educação instituiu o “Programa Diversidade Étnico-Racial” possibilitando a criação de políticas de ações afirmativas. A partir disso, o artigo abordará elementos a respeito da constituição das relações raciais em Florianópolis, bem como os dispositivos legais para uma Educação das Relações Étnico-raciais no sistema de educação municipal. Por fim, analisará a Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica (2016) produzida por profissionais da rede, com o intuito de qualificar práticas pedagógicas que reconheçam os sujeitos na integralidade. A análise das proposições curriculares revelou a legitimação de uma política de ação afirmativa constituída por professores/as da rede municipal que assumem a responsabilidade por um projeto coletivo antirracista.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-Raciais. Proposições Curriculares. Rede Municipal de Ensino de Florianópolis

**Abstract:** This article intends to present the curricular propositions built by the Municipal Secretary of Education of Florianópolis/SC regarding the Education of Ethnic-Racial Relations. The municipality of Florianópolis, although marked by the denial of indigenous, black and quilombola populations in its constitution, reveals resistance movements carried out by black women and men who fight for the recognition of their knowledge, experiences and cultures as Brazilian heritage. With the purpose of valuing the presence of the black population, as well as acting in a political and pedagogical way in overcoming racism, the Municipal Secretary of Education instituted the “Ethnic-Racial Diversity Program”, enabling the creation of affirmative action policies. From this, the article will discuss elements regarding the constitution of racial relations in Florianópolis, as well as the legal provisions for an Education of Ethnic-Racial Relations in the municipal education system. Finally, it will analyze the document Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica (2016) produced by municipal education department professionals, with the aim of qualifying pedagogical practices that recognize subjects in their entirety. The analysis of the curricular proposals revealed the legitimacy of an affirmative action policy constituted by teachers from the municipal network who assume responsibility for a collective anti-racist project.

**Keywords:** Ethnic-Racial Relations Education. Curricular Propositions. Municipal Education System of Florianópolis

- 
- 1** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3306448338666208> . ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6499-6052> . E-mail: [eduardagaudio@gmail.com](mailto:eduardagaudio@gmail.com)
  - 2** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Docente do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9012110153610792> . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9807-554X> . E-mail: [decarvalho@ufg.br](mailto:decarvalho@ufg.br)
- 

## Considerações iniciais

Vida Obscura

Ninguém sentiu o teu espasmo obscuro,  
Ó ser humilde entre os humildes seres.  
Embriagado, tonto dos prazeres,  
O mundo pra ti foi negro e duro.

Atravessaste num silêncio escuro  
A vida presa a trágico deveres  
E chegaste ao saber de altos saberes  
Tornando-te mais simples e mais puro.

Ninguém te viu o sentimento inquieto,  
Magoadado, oculto e aterrador secreto,  
Que o coração te apunhalou no mundo.

Mas eu que sempre te segui os passos  
Sei que cruz infernal prendeu-te os braços  
E o teu suspiro como foi profundo!  
(Cruz e Sousa, 2008).

A poesia escrita por João da Cruz e Sousa expressa o conflito vivenciado pelo próprio poeta mediante as situações de discriminação racial submetidas em sua vida. O escritor que nasceu em 1861, na cidade de Desterro, atual Florianópolis, recorreu à poesia para manifestar os obstáculos encontrados que impediam o acesso da população negra aos diferentes setores da sociedade. Ao trazer o poema “Vida Obscura” buscamos demonstrar que a resistência de negros e negras no Sul do Brasil ocorreu por meio dos diferentes campos sociais como modo de afirmar a presença desses sujeitos na constituição do patrimônio cultural brasileiro.

Conforme pesquisas (GOMES, 2012; PAIXÃO, 2013) nas relações sociais do Brasil as questões raciais ocupam papel relevante, de tal modo que a raça é considerada enquanto uma categoria social estrutural e estruturante no contexto brasileiro (GOMES, 2012). Este contexto é marcado pelo mito da democracia racial, o qual propaga a ideia da existência de relações totalmente harmônicas entre negros/as e brancos/as, desconsiderando os preconceitos e discriminações, bem como não questionando a ocupação majoritária da população branca nos cargos que envolvem prestígio, status e poder.

Esse silenciamento perante as desigualdades raciais favorece a reprodução e manutenção dos privilégios de determinados grupos, em detrimento de outros. Fato que torna necessária a elaboração de políticas públicas que tenham como foco a promoção da igualdade racial.

Dentre essas políticas, destacamos as ações da gestão de secretarias municipais de educação, as quais embora apresentem algumas lacunas, a partir de embates, lutas e resistências vêm apresentando iniciativas que contemplam a educação das relações étnico-raciais desde a inserção da temática nos documentos orientadores oficiais e formações continuadas até a aquisição de materiais específicos.

Considerando essas medidas, o presente artigo tem como foco a discussão a respeito das proposições curriculares para educação das relações étnico-raciais da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC (RMEF). Para isso, abordaremos aspectos referentes ao histórico das relações raciais no município, os marcos legais e, por fim, analisaremos o documento intitulado Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica (2016).

## Aspectos históricos-políticos das relações raciais no município de Florianópolis

O Estado de Santa Catarina acompanhado da sua capital Florianópolis é marcado pela negação da existência das populações indígenas, negras e quilombolas que integram estes territórios. A colonização europeia é excessivamente referenciada mediante as celebrações e exaltações das culturas portuguesas, italianas e alemãs pelas diferentes cidades do Estado que propagam a ideia de um “vale europeu brasileiro”. O resultado da política de imigração europeia imposta no interior de um amplo projeto nacional de embranquecimento da população é retratado nas desigualdades raciais e no privilégio que a branquitude carrega (SHUCMAN, 2014). Esse contexto mantém e reproduz as assimetrias entre negros/as e brancos/as, de tal modo que

(...) Os brancos entrariam nessa relação na condição de pólo dominante e enquanto tal interagiriam com os demais grupos reservando-se ao direito de saber de que forma essa interação iria ocorrer. Sabendo-se superiores aos negros (em termos econômicos, poder e de prestígio social), os brancos poderiam se abrir intermitentemente para relações desinteressadas com aquelas pessoas que afinal de contas subordinariam. No outro pólo se exigiria que os negros tivessem um comportamento complacente para com tal padrão. Na medida em que esses grupos não reivindicassem igualdade, mais uma vez em termos econômicos, poder e de prestígio social, as relações entre ambos os grupos poderiam transcorrer de forma amistosa nos momentos específicos das festividades, do lazer e da religião (as áreas moles do contato racial). Ou seja, as assimetrias é o preço que se paga pela paz. (PAIXÃO, 2013, p. 133-134).

Dessa forma, é disseminado o ideal de relações harmônicas entre todos os sujeitos, contudo, é relevante salientar que essas ao mesmo passo que silenciam o racismo e discriminação, reafirmam as disparidades raciais, configurando assim, o racismo à brasileira (PAIXÃO, 2013; TELLES, 2003). Este redesenha-se e opera em diversos momentos, inclusive na negação da população, conforme citado inicialmente. Negação que também pode ser verificada nos dados segundo raça/cor sobre as matrículas por etapas e modalidades da educação básica, como podemos constatar na tabela a seguir.

**Tabela 1.** Número de matrículas por etapas e modalidades e cor/raça - Florianópolis (2017)

Etapas e modalidades por segmento	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
Creche	2.174	6.997	565	897	16	8	10.657
Pré-Escola	2.645	7.341	482	885	19	8	11.380
Ensino Fundamental - anos iniciais	7.579	16.840	1.049	2.326	43	14	27.851
Ensino Fundamental - anos finais	7.800	12.061	871	1.769	30	22	22.553
Ensino Médio	4.361	9.630	755	1.342	29	22	16.139
EJA - Ensino Fundamental	635	676	153	250	4	1	1.719
EJA - Ensino Médio	900	1.015	221	229	11	3	2.379
Educação Profissional	5.369	2.217	148	255	13	8	8.010
<b>Total</b>	<b>31.463</b>	<b>56.777</b>	<b>4.244</b>	<b>7.953</b>	<b>165</b>	<b>86</b>	<b>100.688</b>

**Fonte:** Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP, 2017.

Diante dessas informações o número de não declaração é algo que chama atenção, pois o mesmo supera a quantidade de sujeitos que foram autodeclarados negros (pretos + pardos). Fato que influencia no processo de elaboração das políticas públicas, tendo em vista que a não identificação do perfil dos sujeitos atua para a negação dos direitos fundamentais. Além disso, esses dados revelam adversidades no tocante à auto e heterodeclaração e a complexidade das relações raciais na sociedade brasileira.

Em contrapartida a invisibilidade da presença de negros/as, indígenas e quilombolas na constituição do município de Florianópolis e nas matrículas de estudantes, destacamos a resistência de negras e negros na luta pela superação do racismo que estrutura a sociedade e dificulta o acesso a diferentes direitos e setores sociais como a educação, o mercado de trabalho e a saúde. Os movimentos de afirmação da população negra em Santa Catarina, sobretudo na Grande Florianópolis, expressam o enfrentamento à discriminação e ao preconceito, bem como o reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira na construção e no desenvolvimento dessas localidades.

Nessa direção, corroboramos com os estudos de Gomes (2017) a respeito da importância do papel do Movimento Negro no processo de construção dos saberes, pois “o Movimento Negro, assim como outros movimentos sociais, ao agir politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (GOMES, 2017, p. 28).

O estudo realizado por Lima (2009) evidencia a constituição de coletivos negros em várias cidades do estado de Santa Catarina que produziram diferentes estratégias na busca pelo reconhecimento da presença da população negra na história catarinense. A respeito do levantamento elaborado pelo autor acerca das organizações negras existentes pelo estado,

1 Para maiores informações consultar o Laboratório de Dados Educacionais em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/matriculas>.

destacamos: a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1840), a União Catarinense dos Homens de Cor - UCHC (1962), a União Brasileira dos Homens de Cor – UBRAC (1972), os Agentes de Pastorais Negros - APNS (1983), o Grupo de União e Consciência Negra – GRUCON (1984), o Centro Cívico Cruz e Sousa (1918), a Sociedade Recreativa União Operária (1940), a Associação Etnia Negra (1989), o Clube de Regatas Cruz e Sousa (1920), o Humaitá Futebol Clube (1920), o Núcleo de Estudos Negros (1984), entre outras associações que atuaram de modo político pelo reconhecimento social da população negra, em oposição ao estado que difunde, predominantemente, a origem europeia.

Além desses grupos, apontamos a pesquisa realizada por Rascke (2018) que buscou discutir os modos de organização de associações de origem africana em Santa Catarina reconhecendo os sujeitos que através dos sons, ritmos, religiosidades, danças, poesias, entre outras expressões culturais e linguísticas, reconstruíram suas identidades. Para a autora, “no período pós-Abolição, novas reorganizações e relações de solidariedade articularam-se em demandas por território, moradias, educação, direitos almejados por libertos e desconsiderados por elites políticas e econômicas” (RASCKE, 2018, p. 42).

A constituição das Irmandades religiosas, os clubes e as sociedades recreativas, as escolas de samba, os times de futebol, as organizações de trabalhadores/as, as associações de mulheres negras, as comunidades quilombolas e as diferentes manifestações religiosas e culturais, expressam o enfrentamento de negras e negros na constituição do estado, bem como o reconhecimento da cultura, dos conhecimentos e dos saberes produzidos por esses sujeitos como patrimônio brasileiro (PASSOS e DEBUS, 2018).

No tocante às organizações sociais de Florianópolis, Carvalho (2013) evidencia a importância do Núcleo de Estudos Negros - NEN, do Movimento Negro Unificado – MNU/SC, da União de Negros pela Igualdade – UNEGRO/SC e da Associação Mulheres Negras Antonieta de Barros – AMAB que atuaram de modo político na construção de estratégias e na superação das desigualdades raciais. Entre esses movimentos, destacamos o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Negros, que desde 1986, reuniu estudantes, pesquisadores/as e militantes na construção de mecanismos capazes de promover a igualdade racial. O NEN desenvolveu atividades em diferentes esferas, alcançando aspectos que dizem respeito à educação, ao mercado de trabalho, à justiça, a violência doméstica, às mulheres e à saúde da população negra (LIMA, 2009; CARVALHO, 2013).

Desse modo, percebemos a existência de um paradoxo marcando o estado catarinense, que por um lado despreza a história da população negra na sua composição, e por outro, expressa movimentos de luta e resistência mediante as organizações de coletivos negros contra a invisibilidade produzida acerca desse grupo racial. Um elemento que indica esse paradoxo diz respeito a criação da Lei Municipal 4446/94 que estabelece a inclusão do conteúdo de “História Afro-Brasileira” nos currículos das escolas da rede municipal de ensino de Florianópolis. Essa determinação indica a atuação política e pedagógica dos movimentos e das organizações negras com uma formação de crianças e jovens que reconheça a história da população negra, assim como a cultura africana e afro-brasileira que constitui o patrimônio do país. Demonstra ainda, a preocupação desse grupo, antecipadamente, a promulgação da Lei Federal 10.639/2003, com a importância do investimento na educação, sobretudo nos currículos escolares que devem abranger os conhecimentos produzidos pelas diferentes culturas que compõem a história brasileira.

**Quadro 1.** Marcos Legais da Educação das Relações Étnico-raciais em Florianópolis

Ano	Instrumento	Conteúdo
1994	Lei Municipal 4.446	Inclusão de conteúdos de Matriz afro-brasileiros nos currículos do município
2007	Orientações Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais	Orienta para a implementação das políticas de EREER e para o ensino da Cultura, História Africana e Afro-brasileira.

2007	Portaria nº 038/07 - Comissão Propositiva de Políticas Afirmativas para a questão da Diversidade Étnico Racial	Institui uma Comissão para realização das ações da diversidade étnico-racial, contando com representantes de todos os Departamentos da Secretaria Municipal de Educação.
2008	Proposta Curricular Rede Municipal de Florianópolis	Apresenta a importância de implementação da Lei 10.639/2003, a partir da história e cultura africana e afro-brasileira e reconhecimento da diversidade étnico-racial na constituição da sociedade brasileira.
2009	Resolução CME 02/2009 – Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena	Orienta sobre os princípios e as concepções da EREER no município de Florianópolis
2010	Plano Municipal de Educação de Florianópolis.	Eixo Temático: Educação das Relações Étnico-Raciais
2012	Orientações Curriculares para a Educação Infantil	Parte III – Núcleo de Ação Pedagógica/ Relações Sociais e Culturais
2015	Diretrizes Curriculares para a Educação Básica de Florianópolis	Fortalecimento da educação das relações étnico-raciais na Educação Básica como um dos princípios educativos
2015	Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis	Inclusão de reflexões e ações da Diversidade nas propostas pedagógicas
2016	Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica	Subsidia as propostas construídas pelos/as profissionais que atuam na RMEF, apresentando conteúdos, resultados de experiências, saberes e conhecimentos que precisam estar inseridos nos currículos da educação básica.
2016	Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis	Institui a diversidade étnico-racial como estruturante da proposta curricular, a partir das orientações apresentadas pela Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica (2016)
2020	Base Nacional Comum Curricular e os Documentos Curriculares Municipais da Educação Infantil de Florianópolis: recontextualização curricular	Estabelece relações entre os documentos curriculares da RMEF e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), indicando a necessidade do trabalho com Educação das Relações Étnico-raciais, aspecto não tratado, especificamente, na BNCC.
2022	Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis	Assume a educação das relações étnico-raciais como princípio educativo das Brincadeiras e dos Núcleos da Ação Pedagógica (Relações sociais e culturais e Linguagens).

**Fonte:** FLORIANÓPOLIS (2016), com acréscimos das Autoras (2022).

O quadro 1 permite analisar a proposição de documentos e materiais que buscam subsidiar o trabalho com a educação das relações étnico-raciais na RMEF, configurando-se como uma das iniciativas da Secretaria Municipal da Educação que de forma conjunta com o Movimento Negro vêm desenvolvendo ações para contemplar a temática.

A partir da leitura dos documentos é possível constatar aspectos no tocante à construção das identidades, valorização, reconhecimento e respeito a todas histórias, vivências e experiências

das crianças. Em certas passagens os materiais apresentam as questões sobre diversidade de forma mais superficial e em outros de maneira mais enfatizada através do viés do respeito, valorização, reconhecimento da diversidade étnico-racial e cultura e enfrentamento à discriminação e aos preconceitos.

Nesse contexto, cabe reiterar a atuação e participação de militantes do Movimento Negro e pesquisadores/as da área que por meio da resistência, luta e proposições, principalmente, no âmbito educacional, vêm conquistando mudanças na ação do poder público (GOMES, 2017; RODRIGUES, 2011).

A nosso ver, esses movimentos de inserção da temática nos documentos municipais favorecem o debate sobre a promoção da igualdade racial, além de gerar maiores responsabilidades por parte das gestões e unidades educativas. As seções a seguir serão dedicadas à identificação e ao debate dessas iniciativas.

## **Educação das relações étnico-raciais na rede municipal de ensino de Florianópolis: marcos históricos e legais**

A breve exposição acerca das questões étnico-raciais no município de Florianópolis demonstra o engajamento e a preocupação dos movimentos negros pela valorização dos saberes produzidos pela cultura afro-brasileira e africana nos currículos das instituições. A Lei Municipal 4.446/94 que instituiu a inserção dos conteúdos históricos e culturais dos afro-brasileiros nos currículos escolares representou um importante passo no processo de reconhecimento da população negra na história da cidade. De acordo com um dos documentos orientadores do trabalho pedagógico da Rede

Justificou-se a necessidade da legislação, diante das reivindicações dos negros/as que pretendiam que a educação do município de Florianópolis aproximasse o tema e os sujeitos do tema às políticas educacionais e aos fazeres da educação, garantindo, assim aos negros e as negras o direito de saber de si pela escola, pretendiam garantir também, e ao mesmo tempo, que todos os demais sujeitos também pela escola soubessem de sua história e legado, possibilitando reverter, por meio dos conhecimentos apreendidos, estruturas socialmente racializadas e hierarquizadas em nossa sociedade (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 13).

Dessa forma, articulada as discussões desenvolvidas em âmbito nacional, regional e municipal, a rede de ensino de Florianópolis realiza, desde a década de 1990, atividades pedagógicas que buscam formar os/as profissionais que atuam nas unidades educativas para a realização de um trabalho responsável com uma educação das relações étnico-raciais, conforme as orientações instituídas pela Lei Municipal 4.446/94, Lei Federal 10.639/2003 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira (2004).

Seguindo a trajetória, em 2005, a Secretaria Municipal de Educação criou o “Programa Diversidade Étnico-Racial” que passou a coordenar as ações efetivadas da Rede em articulação com as demais associações municipais. O referido programa atua na construção de políticas de ações afirmativas que buscam a superação do racismo e as desigualdades raciais existentes nos diferentes setores de Florianópolis. Além disso, a constituição do programa possibilitou uma série de estratégias capazes de alcançar a formação continuada de professores/as, assim como prevê a aquisição de materiais a serem utilizados nas práticas pedagógicas junto às crianças, os jovens e os/as adultos/as inseridos/as nas unidades educativas.

Entre as atividades desenvolvidas pelo programa, destacamos a realização do “Seminário de Diversidade Étnico-Racial da Rede Municipal de Florianópolis” que no ano de 2021 completou sua 15ª edição. O seminário é aberto a todos/as os/as profissionais que atuam na Rede, bem como demais sujeitos interessados a discutir as relações étnico-raciais no âmbito da educação. A

programação do evento engloba palestras, oficinas, contação de histórias, exposições fotográficas e audiovisuais, além dos relatos das propostas pedagógicas realizadas por profissionais que atuam com os/as educandos/as.

Dando continuidade às ações efetuadas pelo “Programa de Diversidade Étnico-Racial” salientamos os cursos de formação continuada ministrados por docentes de universidades parceiras da secretaria, bem como pelos/as próprios/as profissionais da Rede que também assumem o papel de pesquisadores/as e formadores/as. Os cursos são oferecidos durante os semestres e buscam contemplar as especificidades do trabalho voltado para uma educação das relações étnico-raciais, possibilitando o diálogo, o aprofundamento e a troca de experiências entre os/as profissionais que atuam nas diferentes instituições de educação.

Carvalho (2013) ao analisar as políticas de formação continuada para as docentes da educação infantil do município de Florianópolis, com foco na educação das relações étnico-raciais, verificou que a temática não está silenciada, pois a mesma vem sendo inserida tanto em cursos específicos, quanto dentre os conteúdos de cursos gerais. Considerando o período de 2009 a 2011, a referida autora constatou a oferta de um total de 32 cursos de formações continuadas ministrados por assessores/as vinculados/as à RMEF.

No âmbito da temática da educação das relações étnico-raciais, identificamos a oferta de cursos de formação continuada entre os anos de 2011 a 2018<sup>2</sup>. O quadro abaixo apresenta os títulos e ano de realização dos cursos:

**Quadro 2.** Cursos de formação ofertados pela Secretaria Municipal de Educação que abordavam a temática étnico-racial (2011-2018)

Curso	Ano de realização
Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil	2011
Diversidade e educação para relações étnico-raciais - EaD	2011
Diversidade e educação para as relações étnico-raciais - EaD	2012
Diversidade e educação para as relações étnico-raciais -EaD	2013
A Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil	2016
Educação das Relações Étnico-Raciais: Estudos de Aprofundamento - Grupo I	2018
Educação das Relações Étnico-Raciais: Estudos de Aprofundamento- Grupo II	2018
Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil	2018
A educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil: desafios e possibilidades	2019
Capoeira e Educação Infantil	2019
A educação das relações étnico-raciais na educação infantil: ampliando o diálogo	2019
Oficina de Bonecas Negras: representatividades em diálogo	2019
A Educação das Relações Étnico-raciais: diálogos com pesquisas	2021
Ciclo formativo: cinema negro, infâncias e EREER	2021

**Fonte:** GAUDIO e CARVALHO (2022).

Esse breve panorama de ações realizadas em âmbito municipal demonstra o compromisso dos/as profissionais e militantes da luta antirracista com uma educação que garanta o direito de todas as crianças a ter acesso às histórias e as culturas africanas e afro-brasileiras que constituem a identidade do nosso país. Vale enfatizar que as atividades propostas pelo referido programa estão balizadas por uma concepção de reconhecimento dos sujeitos contemplando as dimensões de raça, classe, gênero, etnia, religião, entre outros elementos que os constituem. Assim, a proposta apresentada pela rede municipal é articular a educação das relações étnico-raciais como uma

<sup>2</sup> As informações sobre a oferta dos cursos de formação da Secretaria Municipal de Educação foram coletadas através do Portal de Formação Continuada da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Para maiores informações ver <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/>.

política institucional agregada às demais perspectivas que assumem a valorização da diversidade étnico-racial como um princípio educativo.

Diante disso, as ações promovidas pela RMEF a respeito das questões étnico-raciais não possuem um fim em si mesmas, mas sim, ao admitir o racismo como estrutural e estruturante da sociedade, assumem a responsabilidade da educação pública em superar as desigualdades raciais. Essa perspectiva segue as orientações trazidas pelo Parecer N.ºCNE/CP 003/2004 quando afirma que “a escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação” (BRASIL, 2004, p. 07).

Para além dessas ações, o Programa participa do processo de análises, escolhas e compras de obras de literatura infantil, assim como da elaboração de documentos curriculares que definem os princípios e as concepções que balizam a educação do município de Florianópolis, buscando subsidiar o trabalho realizado por profissionais que atuam nas diferentes unidades educativas. Os documentos orientadores das propostas pedagógicas produzidos em âmbito municipal, sobretudo aqueles que privilegiam a educação das relações étnico-raciais, serão abordados no próximo tópico do texto.

### **Proposições curriculares para educação das relações étnico-raciais: um olhar para os documentos orientadores da rede municipal de Florianópolis**

A rede municipal de ensino de Florianópolis vem acompanhando as orientações e políticas curriculares em âmbito nacional, entre elas salientamos: Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana (2004); Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais (2006); Plano Nacional de Implementação Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana (2009). Concomitantemente, através de articulações com os movimentos sociais, pesquisadores/as e docentes da educação básica, o município de Florianópolis vem construindo seus próprios documentos e diretrizes buscando considerar as especificidades sociais e culturais que marcam a história da cidade.

Ao longo da trajetória de oferta da educação, conforme mencionamos anteriormente, a referida rede produziu um conjunto de normativas e propostas curriculares que regulamentam a atividade pedagógica no sistema educacional. Entre os materiais, sistematizamos no quadro abaixo os principais documentos curriculares que subsidiam o trabalho nas instituições educativas do município:

**Quadro 3.** Principais documentos curriculares da RMEF

<b>Documento</b>	<b>Ano de Publicação</b>
Proposta Curricular Rede Municipal de Ensino Florianópolis	2008
Diretrizes Educacionais Pedagógicas para Educação Infantil.	2010
Orientações Curriculares para Educação Infantil de Florianópolis	2012
Currículo da educação infantil da rede municipal de ensino de florianópolis	2015
Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis / SC	2015
Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis	2016
Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica	2016

Base Nacional Comum Curricular e os Documentos Curriculares Municipais da Educação Infantil de Florianópolis: recontextualização curricular	2020
---	------

**Fonte:** GAUDIO e CARVALHO (2022)

Ao analisar esses documentos, cabe reiterar o diferencial dos mesmos no que se refere à forma de elaboração. Esta, através da Secretaria Municipal de Educação se deu por meio de construções coletivas entre profissionais representantes do próprio setor, como também professores/as que atuam no chão das unidades educativas. Além desses sujeitos, consultores/as e pesquisadores/as das universidades parceiras também se envolvem de modo a compartilhar os conhecimentos e as experiências num processo de formação contínua. Nessa direção, corroboramos com Carvalho (2013), a qual aponta que os documentos que são produzidos contando com a participação de sujeitos de diferentes setores tendem a contemplar aspectos relacionados à diversidade étnico-racial de forma mais detalhada e significativa.

Considerando esse contexto, o município compreende o currículo

(...) como processo, abrangendo um conjunto de relações, que vão da prescrição à ação, das deliberações administrativas às práticas pedagógicas. Assim, o currículo da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, ao longo das últimas décadas, vem se constituindo a partir de anseios e práticas pedagógicas da coletividade dos sujeitos com ele envolvidos, na busca pela qualificação dos processos educacionais (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 19).

Assim, observamos um engajamento dessa rede municipal com as proposições estabelecidas pelos documentos nacionais que concebem o currículo como um percurso que contempla as relações sociais, raciais e culturais dos/as estudantes dentro e fora das unidades educativas, constituindo uma reeducação das relações étnico-raciais (GONÇALVES E SILVA, 2015; ROMÃO, 2014) através de uma formação numa perspectiva crítica, humana e integral. A articulação entre os conhecimentos locais e os globais também são mencionados na proposta curricular, permitindo um trabalho que considere “aspectos culturais singulares e universais, além de possibilitar observância da organização da comunidade e dos conhecimentos de que já se apropriaram estudantes e profissionais da educação em sua historicidade” (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 23).

No que tange às questões étnico-raciais, o Parecer 003/2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira (2004) apresenta a responsabilidade dos sistemas de ensino na elaboração de documentos e propostas que orientam e subsidiam o trabalho com as questões étnico-raciais, assim como a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Em conformidade com essa determinação, a rede municipal produziu a Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica (2016) com intuito de formar os/as profissionais e auxiliar na construção de projetos pedagógicos que reconheçam a diversidade étnico-racial, respeitando os sujeitos em suas integralidades.

A produção desse documento decorreu de um processo coletivo de formação entre professores/as, auxiliares de sala, diretores/as, assessores/as pedagógicos/as e demais profissionais vinculados à RMEF. Além desses sujeitos, a Matriz (2016) contou com a participação da pesquisadora Jeruse Romão<sup>3</sup> que promoveu a mediação e a sistematização das discussões e experiências trazidas ao longo dos encontros. Esse documento representa a materialização de uma perspectiva assumida pela Rede que prima pelo reconhecimento e valorização dos conhecimentos produzidos

<sup>3</sup> Atua como formadora dos cursos ofertados pela RMEF direcionados aos/as docentes da educação básica desde o início da elaboração das políticas municipais de promoção da igualdade racial. Tem experiência na área de Educação, com ênfase nos seguintes temas: Teatro experimental do negro, ensino profissional, currículos e políticas educacionais.

pela população negra no Brasil, garantindo que todas as crianças e jovens possam conhecer o patrimônio histórico, linguístico, alimentar, cultural, artístico e religioso que integra nossa cultura (FLORIANÓPOLIS, 2016).

Dessa maneira, a Matriz (2016) procura ser compreendida de modo a integrar os projetos institucionais das unidades educativas, orientando as ações pedagógicas através do compartilhamento de conteúdos, resultados de experiências e saberes que possibilitam o respeito e a valorização de todas as dimensões que compõem os sujeitos. O documento está organizado em formato de livro, possuindo 119 páginas, marcadas por diferentes tonalidades de cores vivas, compostas por textos, imagens, quadros, figuras e fotografias que contribuem no processo de ensino-aprendizagem do/a leitor/a.

A Matriz (2016) está estruturada em três capítulos, sendo que no primeiro são destacados os aspectos conceituais e históricos que demarcam a Educação das Relações Étnico-raciais no Brasil e em Florianópolis. No segundo capítulo são apresentadas as orientações, os relatos de experiências e diferentes abordagens para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais nas diversas áreas de conhecimento, etapas de ensino e modalidades atendidas pela educação básica do município. No último capítulo, o documento compartilha uma diversidade de referências temáticas e recursos didático-pedagógicos para subsidiar e apoiar a atuação dos/as profissionais na valorização e no reconhecimento da diversidade étnico-racial das crianças, jovens, adultos/as e idosos/as que constituem os contextos das unidades educativas.

A concepção de educação das relações étnico-raciais é fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira (2004) assumindo esse termo

(...) para qualificar aquilo que trata de questões de etnia de base africana na educação, bem como, para identificar e compreender estudos e/ou políticas públicas institucionais que objetivam a promoção da igualdade étnico-racial por intermédio do processo educativo em todas as etapas e modalidades da educação brasileira. Sem limites para a sua abordagem, a ERER expressa em sua diversidade, a intencionalidade de suas ações pelo reconhecimento e valorização dos conteúdos de matriz africana nas diversas dinâmicas pedagógicas da Educação Básica (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 15).

Assim, a ERER é assumida pela rede municipal de ensino de Florianópolis como uma política curricular que deve integrar os projetos institucionais das unidades educativas levando em consideração as especificidades históricas e culturais que compõem os sujeitos. Seguindo essa perspectiva, o reconhecimento da diversidade étnico-racial é apresentado na Matriz (2016) como um pressuposto desse documento, articulado com outras dimensões como o etnocentrismo, o machismo, o sexismo e a xenofobia, buscando romper com os processos colonizatórios que permanecem balizando as relações sociais. Para isso, é necessário que as ações pedagógicas sejam planejadas intencionalmente no sentido de garantir que todas as crianças, jovens, adultos/as e idosos/as conheçam as diferentes histórias, culturas e identidades que os integram. Sobre esse assunto, vale ressaltar que a “Consideração com a diversidade étnico-racial” também está posta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo disposta como um dos princípios da educação brasileira.

Os princípios admitidos pela Matriz (2016) consideram a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos, o planejamento de ações educativas de combate ao racismo e às discriminações, além de garantir o ensino de conteúdos que englobam a história e a cultura africana e afro-brasileira nas instituições educativas do município. Logo, esse documento corrobora com as orientações trazidas pelas DCNERER (2004) procurando romper com a ideia de que as questões étnico-raciais são responsabilidades do Movimento Negro e/ou de pesquisadores/as que abordam o tema. “A escola, enquanto instituição social responsável por

assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação” (BRASIL, 2004, p. 07).

A concepção assumida pela Matriz (2016) pressupõe que todos/as somos sujeitos da diversidade, orientando que as unidades educativas assumam o compromisso de reconhecer as especificidades das crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as atendidos/as nas instituições educativas da Rede.

Portanto, ERER não é uma política somente para os negros ou para sujeito nenhum, se os negros não estiverem fisicamente presentes. A **ERER é para todos** e traz centralidade em torno de um sujeito e seus conteúdos como forma de equilibrar as relações sociais. (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 22, grifos nossos).

Por conseguinte, o documento salienta os eixos conceituais que fundamentam a Matriz Curricular (2016), apresentando termos e expressões fundamentais na discussão do campo, tais como: afrodescendente, afro-brasileiro, consciência negra, cosmovisão africana, discriminação, discriminação étnico-racial, diversidade, eurocentrismo, etnia, fenótipos, identidade negra, identidade diaspórica, negro/a, preconceito, quesito cor/etnia, raça, racismo, valores civilizatórios afro-brasileiros e xenofobia. A compreensão desses conceitos é assumida como primordial na formação continuada dos/as profissionais da Rede, tendo em vista que esse debate é negligenciado pelas instituições de ensino superior no processo de formação docente.

A partir desses pressupostos teóricos, a Matriz (2016) revela uma perspectiva de trabalho que busca incorporar as histórias, as experiências, os saberes, as relações e as especificidades das populações negras, quilombolas e indígenas que foram durante muito tempo negadas pelo sistema educacional. A proposta busca abranger todas as etapas e modalidades de ensino, alcançando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Escolar Quilombola, bem como a Rede de Organizações não Governamentais, assumindo a responsabilidade do município com a educação.

Com relação à primeira etapa da educação básica, o documento revela que as relações engendradas entre os bebês, as crianças pequenas e os adultos são permeadas pelas categorias: étnico-racial; de gênero; de classe social; de religião; entre outras especificidades que são levadas em consideração durante as interações sociais estabelecidas nos Núcleos de Educação Infantil da rede municipal. Logo, cuidar, educar e acolher as crianças contemplando suas identidades étnico-raciais é um dos pressupostos para o trabalho pedagógico nessa etapa. A professora da Rede, Sandra Pires, retrata

Planejar e realizar com as crianças no contexto da Educação Infantil ações pedagógicas contemplando as Relações Étnico-Raciais justifica-se primeiramente por ser um direito das crianças e também, por ser um compromisso político do professor. Compreendemos que todas as crianças têm o direito de ter suas histórias contadas, em especial as crianças negras. Por que em especial as crianças negras? Porque durante muitos anos suas histórias deixaram de ser contadas no chão das unidades educativas de cuidado e educação da primeira infância. (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 38).

Dessa maneira, as ações pedagógicas na Educação Infantil precisam permitir o acesso às diferentes formas de linguagens, como as expressões das culturas infantis, o domínio dos símbolos, a apreciação literária e estética de sons, estilos musicais, literaturas, pinturas, desenhos, entre outras formas de manifestações. As crianças que frequentam os Núcleos de Educação Infantil devem ter acesso à diferentes histórias com personagens negros/as que estejam representados/as de forma

valorizada, o contato com instrumentos e artefatos da cultura africana e afro-brasileira, a exposição de personalidades e referências negras importantes para o reconhecimento e a valorização das histórias da população negra no Brasil.

Por conseguinte, a Matriz (2016) evidencia o trabalho com os/as estudantes que integram o Ensino Fundamental, destacando a responsabilidade das áreas de conhecimento que compõem o currículo. Segundo o documento, embora algumas disciplinas como a História, a Geografia, a Língua Portuguesa e as Artes possam ser tidas como mais sensíveis ao tema, é necessário que o trabalho esteja conectado a um contexto macro, tendo em vista o compromisso com a criação de políticas de ações afirmativas para a superação das desigualdades raciais.

Uma preocupação revelada pelo documento trata das abordagens assumidas pela área de História, sobretudo aquelas trazidas nos livros didáticos ao abordar o conteúdo acerca da História da África de modo estereotipado. Por isso, a orientação apresentada pela Matriz (2016) é trabalhar o ensino do continente africano a partir das experiências dos africanos e da diáspora, buscando romper com os modos eurocêntricos que retratam esse conteúdo pelo viés da escravização. Além disso, os espaços geográficos também são aspectos a serem estudados, explorando o continente africano como um território de origem da humanidade.

Outro elemento que deve estar presente no currículo é o estudo da Língua Portuguesa e sua articulação com os conteúdos de matrizes africanas, identificando histórias, origens e pertencas étnicas. A produção de literatura infanto-juvenil afro-brasileira, além do reconhecimento dos/as escritores/as afro-catarinenses também são aspectos a serem incorporados nas propostas curriculares das unidades educativas.

As diferentes linguagens produzidas pelas Artes são assumidas pela Matriz (2016) como um saber histórico e cultural que potencializa a atividade criativa dos sujeitos. Desse modo, as ações pedagógicas devem garantir que crianças, jovens, adultos/as e idosos/as possam vivenciar as artes através das linguagens, do teatro, da música, da dança, dos ritmos e dos sons, possibilitando “a apreensão de novos conceitos e conteúdos sintonizados com o ensino de cultura e história africana e afro-brasileira” (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 64).

Para além da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a Matriz (2016) assume o compromisso com os sujeitos que integram a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Conforme análise realizada por profissionais da rede municipal, a maioria dos/as estudantes que compõem a EJA são sujeitos negros que não reconhecem e/ou silenciam o seu pertencimento racial, evidenciando a necessidade de um trabalho voltado para a educação das relações étnico-raciais. “Na EJA, o racismo é tema vivido e urge uma abordagem que combata e aponte caminhos contrários a sua naturalização” (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 82).

Conforme a proposta da rede municipal, a EJA adota a pesquisa como princípio educativo possibilitando que estudantes formulem questionamentos a serem desvelados pelas investigações educativas dos próprios sujeitos. A partir desse pressuposto, a Matriz (2016) propõe um trabalho com as questões étnico-raciais que valorize as experiências orais, o trabalho com a memória, ancestralidade, as diferentes identidades e o ensino das Africanidades. Para além desses elementos, o documento convida que seja abordada “a constituição de homens e mulheres negros como sujeitos históricos e os territórios em que vivem e transitam os traços étnicos na corporeidade”, visto que “são questões que transversalizam o currículo e apoiam a trajetória de jovens e adultos na busca de equidade nas relações étnico-raciais” (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 86).

Para contemplar todas as etapas e modalidades oferecidas pela RMEF, a Matriz (2016) destaca a Educação Escolar Quilombola que compreende as escolas dos quilombos, assim como, as escolas que atendem estudantes quilombolas. O município de Florianópolis reconhece o “Quilombo Vidal Martins” constituído por 26 famílias que residem atualmente na Costa da Lagoa e no Rio Vermelho. O documento ressalta a importância de ações pedagógicas que considerem as especificidades das comunidades quilombolas, identificando os diferentes modos de constituição de vida. Essa modalidade de educação deve possibilitar que os quilombolas reconheçam “a história de sua comunidade, suas práticas culturais e saberes. Procuram vivências baseadas nos valores ancestrais, considerando o respeito, o tempo para aprender, o cuidado coletivo e o respeito à natureza” (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 92).

Para completar esse material, referenciais de diversos gêneros, suportes e recursos didático-

pedagógicos são disponibilizados para que crianças e profissionais possam ter acesso à produção existente acerca da temática étnico-racial. Dentre a bibliografia organizada, destacamos: histórias, revistas, artigos, teses, dissertações, cadernos, dicionários, sites, filmes, documentários, jogos e brinquedos que contribuem para o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial.

A partir dessa exposição, analisamos a Matriz (2016) como um documento orientador das ações pedagógicas de modo a subsidiar a política institucional das diferentes unidades e modalidades atendidas pela rede municipal. Apreciamos que esse material, somado ao conjunto de ações efetivadas pela rede municipal articula-se a perspectiva apresentada pelas DCNERER (2004) de atuar politicamente na correção das desigualdades raciais.

## Considerações Finais

Ao longo do presente artigo foram abordados aspectos a respeito das proposições curriculares da RMEF com foco na educação das relações étnico-raciais. Para isso, apresentamos a constituição do “Programa de Diversidade Étnico-racial” vinculado a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis que, desde 2005, atua na construção de políticas de ações afirmativas que buscam a superação do racismo, por meio de cursos de formação continuada de profissionais, aquisição de materiais, assessoria de projetos pedagógicos, organização de eventos, além da produção da Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica (2016).

Considerando o contexto histórico e social catarinense é possível compreender um processo de invisibilidade perante a presença de negros/as na constituição do município de Florianópolis. Contudo, por meio da atuação dos movimentos sociais, em especial, o protagonismo do Movimento Negro, os debates sobre relações raciais, bem como a importância dos conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira serem contemplados nas unidades educativas, não estão silenciados.

Tal afirmação, pode ser verificada através das análises dos documentos curriculares e demais ações propostas pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, a qual vem por meio de diferentes articulações inserindo a discussão sobre educação das relações étnico-raciais nos materiais orientadores da gestão e práticas docentes, além da formação continuada tanto de forma específica quanto nas formais com temas mais gerais. Nesse sentido, também cabe chamar atenção para a atuação dos/as gestores/as do sistema de ensino que vêm elaborando e executando as ações de forma articulada e consistente.

Por fim, vale remetermos a conjuntura política que vivenciamos atualmente no Brasil diante do quadro de retrocessos no que diz respeito aos direitos historicamente conquistados. Esse contexto revela as origens conservadoras, machistas, sexistas, racistas, capacitistas e homofóbicas que balizam as estruturas sociais, atingindo rigorosamente a população negra desse país. Dado isso, as políticas de ações afirmativas e a luta pela igualdade racial estão sob ameaça de um governo que ataca os princípios democráticos.

Todavia, acreditamos no poder da resistência e do enfrentamento unificado contra qualquer forma antidemocrática que intencione a retirada de direitos e políticas conquistadas para a superação do racismo e das desigualdades raciais. Nesse sentido, compete à rede municipal de ensino de Florianópolis fortalecer as políticas de ações afirmativas, garantindo que os currículos escolares reconheçam os processos históricos de resistências negras.

## Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC. 1996

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília. 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEPP/IR. 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf). Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.** Brasília, DF: SECAD, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_etnicoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf). Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2009. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_curric\\_educ\\_etnicoraciais.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf). Acesso em: 18 mar. 2022.

CARVALHO, T.R. **Políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil.** Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30243>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Orientações curriculares para o desenvolvimento da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental.** Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis, SC, 2007.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação Fundamental. **Proposta Curricular / Prefeitura Municipal de Florianópolis.** - Florianópolis, 2008. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/09\\_04\\_2018\\_14.01.14.62a2765c21e81be772971fd729542791.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/09_04_2018_14.01.14.62a2765c21e81be772971fd729542791.pdf). Acesso em 17 mar. 2022.

FLORIANÓPOLIS, **Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil.** Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. – Florianópolis : Prelo Gráfica & Editora Ltda , 2010. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12\\_05\\_2010\\_15.24.41.03c7e67bbe979ef30c2efe7d1db1468a.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_05_2010_15.24.41.03c7e67bbe979ef30c2efe7d1db1468a.pdf) . Acesso em: 16 mar. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil Municipal.** Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Educação, 2012. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=legislacao++leis+e+orientacoes+++de+i&menu=9&submenuid=254>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica** – Prefeitura Municipal de Florianópolis Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis,SC.2016.[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27\\_09\\_2019\\_7.20.09.e37692d403fcdcd97a84c5c7aa507172.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27_09_2019_7.20.09.e37692d403fcdcd97a84c5c7aa507172.pdf). Acesso em: 5 mar. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.** Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis. Secretaria de Educação, 2016. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23\\_06\\_2017\\_11.13.21.b097b0d2d26af5819c89e809f8f527a2.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_06_2017_11.13.21.b097b0d2d26af5819c89e809f8f527a2.pdf). Acesso em: 13 mar. 2022.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Base Nacional Comum Curricular e os Documentos Curriculares Municipais da Educação Infantil de Florianópolis:** recontextualização curricular. Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=legislacao++leis+e+orientacoes+++dei&menu=10&submenuid=254> . Acesso em: 15 mar. 2022.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil da rede municipal de Florianópolis.** Florianópolis,

2022. No prelo.

GOMES, N. L. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2022.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES e SILVA, P.B. **Entre Brasil e África: Construindo conhecimento e militância**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

LIMA, I. C. **AS PEDAGOGIAS DO MOVIMENTO NEGRO NO RIO DE JANEIRO E SANTA CATARINA (1970-2000): IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3134/1/2009\\_Tese\\_ICLima.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3134/1/2009_Tese_ICLima.pdf). Acesso em: 11 mar. 2022.

PAIXÃO, M. **500 anos de solidão: Estudos sobre desigualdades raciais no Brasil**. Curitiba: Appris, 2013.

PASSOS, J. C.; DEBUS, E. (Orgs.). **Resistências e re-existências: desenvolvimento e cultura afro-brasileira na região Sul**. Tubarão (SC): Copiart; Florianópolis: Atilénde, 2018.

RASCKE, K. L. **Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em Florianópolis - SC (1920-1950)**. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20895>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RODRIGUES, T. C. **A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas**. Tese (Doutorado em Educação) – São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2264>. Acesso em: 9 mar. 2022.

ROMÃO, J. M. O movimento Negro Brasileiro e as Diretrizes da Educação Nacional: a Lei Federal 10639/03 é L.D.B! In: CARDOSO, P. J. F.; RASCKE, K. Leandro (Org.). **Formação de Professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira**. Florianópolis: DIOESC, 2014.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de SP**. São Paulo: Annablume, 2014.

SOUSA, C. **Cruz e Sousa simbolista; Broquéis; Faróis; Últimos Sonetos**. Lauro Junkes (Org.). Jaraguá do Sul: Avenida, 2008.

TELLES, E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/Fundação Ford, 2003.

Recebido em 07 de dezembro de 2020.

Aceito em 25 de janeiro de 2022.